

Cruzamentos de Informações



CRC MG

Prof. Edgar Madruga

Muito Obrigado!!!





O PONTO DE VISTA QUE PRETENDO APRESENTAR ...

- 1) SUSTENTABILIDADE
- 2) RASTREABILIDADE
- 3) DISRUPÇÃO

Sustentabilidade...

PROFESSOR EDGAR MADRUGA

O Mundo é Digital ...



GREVE

GREVE

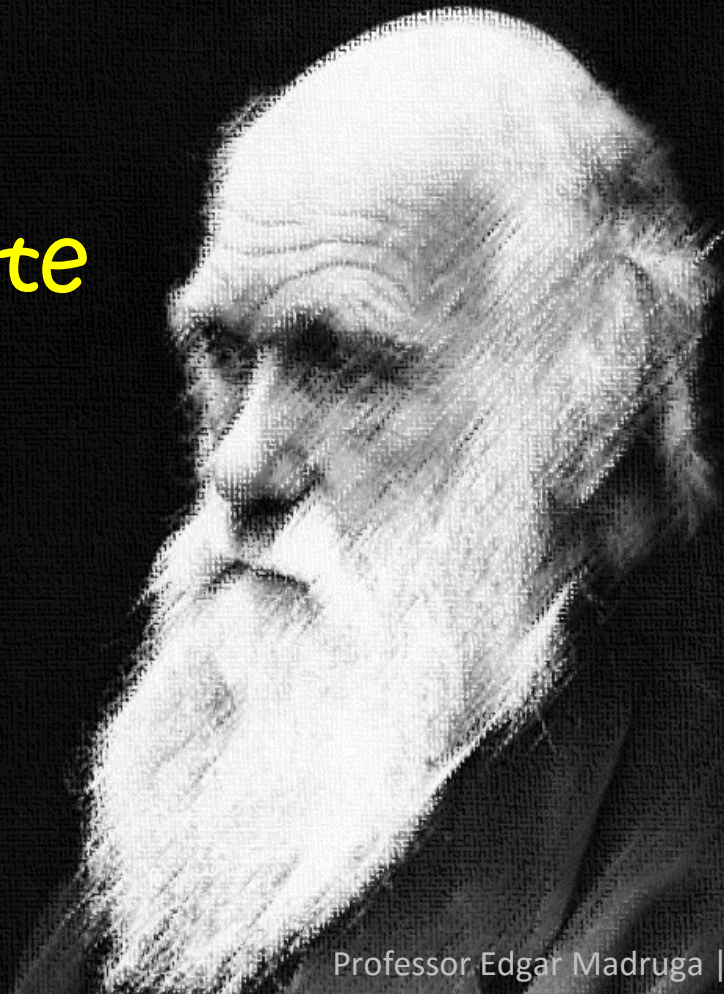
www.edgarmadruga.com.br



CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 20
DIGIT@Ú = DESEMPREGO.

DIGA NÃO
ÀS AGÊNCIAS DIGITAIS!
NENHUM DIREITO A MENOS

Uma Visão
Darwiniana deste
novo mundo
digital...



RASTREABILIDADE ...

- Professor Edgar Madruga



O Projeto SPED e a Origem de Recursos





Como comprovar a origem lícita de dinheiro?



O Projeto SPED e a Origem de Recursos



O Projeto SPED e a Origem de Recursos



O Projeto SPED e a Origem de Recursos



O Projeto SPED e a Origem de Recursos



O Projeto SPED e a Origem de Recursos



O Projeto SPED e a Origem de Recursos



O Projeto SPED e a Origem de Recursos



Unificação de dados traz simplificação e mais segurança na titularidade de imóveis

Decreto que institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais foi publicado no dia 11 de maio.

O Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) unifica em um ambiente nacional único na União, com administração da Receita Federal e gestão compartilhada com os registradores e órgãos federais, a recepção das informações relacionadas à titularidade dos imóveis que são enviadas pelos Sistemas de Registros Eletrônicos dos cartórios brasileiros, tais como as operações de alienações, doações e garantias que são objeto de registro público.

O sistema objetiva melhorar o acesso para as administrações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, até então tratados de forma descontextualizada, e traz soluções estruturantes, com resultados de curto prazo na garantia do crédito público, na redução da evasão fiscal, da corrupção e da lavagem de dinheiro, na eficiência da gestão pública e na regularização fundiária.

A medida traz grandes benefícios para a sociedade, especialmente na segurança jurídica, que se traduz no exercício pacífico do direito de propriedade e na proteção ao crédito, ao mercado imobiliário e aos investimentos a ele inerentes.

O novo sistema é necessário porque na atual sistemática há uma dificuldade de identificar os bens e seus proprietários em âmbito nacional para promover ações de interesse público, pelo simples fato de que as informações estão fragmentadas,

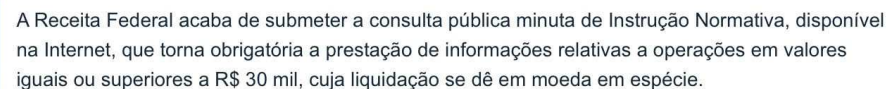
disseminadas em milhares de serventias extrajudiciais em todo o país e em prefeituras municipais, sem uma conexão central.

Com a instituição do Sinter, esse cenário mudará substancialmente: cada imóvel terá um código identificador único em âmbito nacional, a exemplo do Renavam que existe para o registro dos veículos, será perfeitamente geolocalizado e será possível identificar instantaneamente, por meio de pesquisa eletrônica, os bens imóveis registrados em nome de qualquer proprietário, em todo o território nacional.

Os imóveis que são arrolados em garantia de dívidas poderão ser automaticamente incluídos em um serviço de monitoramento, por meio do qual será possível saber tempestivamente se o proprietário iniciar qualquer procedimento para desfazer-se dos bens dados em garantia.

O impacto decorrente da publicação do Decreto estende-se a outra área crítica para o Estado brasileiro: o combate à corrupção, lavagem de dinheiro e crimes contra a ordem tributária. A aquisição de bens em nome de "terceiros" e a compra e venda de bens por valores fictícios dificilmente são detectados, mesmo após uma longa, profunda e onerosa investigação.

O Sinter fornecerá aos órgãos de controle e fiscalização as informações e a tecnologia necessária para essa detecção, com informações registrais, cadastrais e a geolocalização precisa de todos os imóveis urbanos e rurais do país e o acesso a informações de contratos particulares de compra e venda de



Pela proposta de norma, operações serão reportadas em formulário eletrônico disponível no sítio da Receita Federal na internet, denominado Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie (DME).

A necessidade de a Administração Tributária receber informações sobre todas as operações relevantes liquidadas em espécie decorre da experiência verificada em diversas operações especiais que a Receita Federal tem participado ao longo dos últimos anos. Observou-se que operações em espécie têm sido utilizadas para esconder operações de sonegação, de corrupção e de lavagem de dinheiro, em especial quando os beneficiários de recursos ilícitos fazem aquisições de bens ou de serviços e não tencionam ser identificados pela autoridade tributária.

Exemplos de reporte de operações relevantes em espécie têm sido uma direção adotada por diversos países como medida para o combate à prática de ilícitos financeiros, entre os quais a lavagem de dinheiro e o financiamento ao tráfico de armas e ao terrorismo.

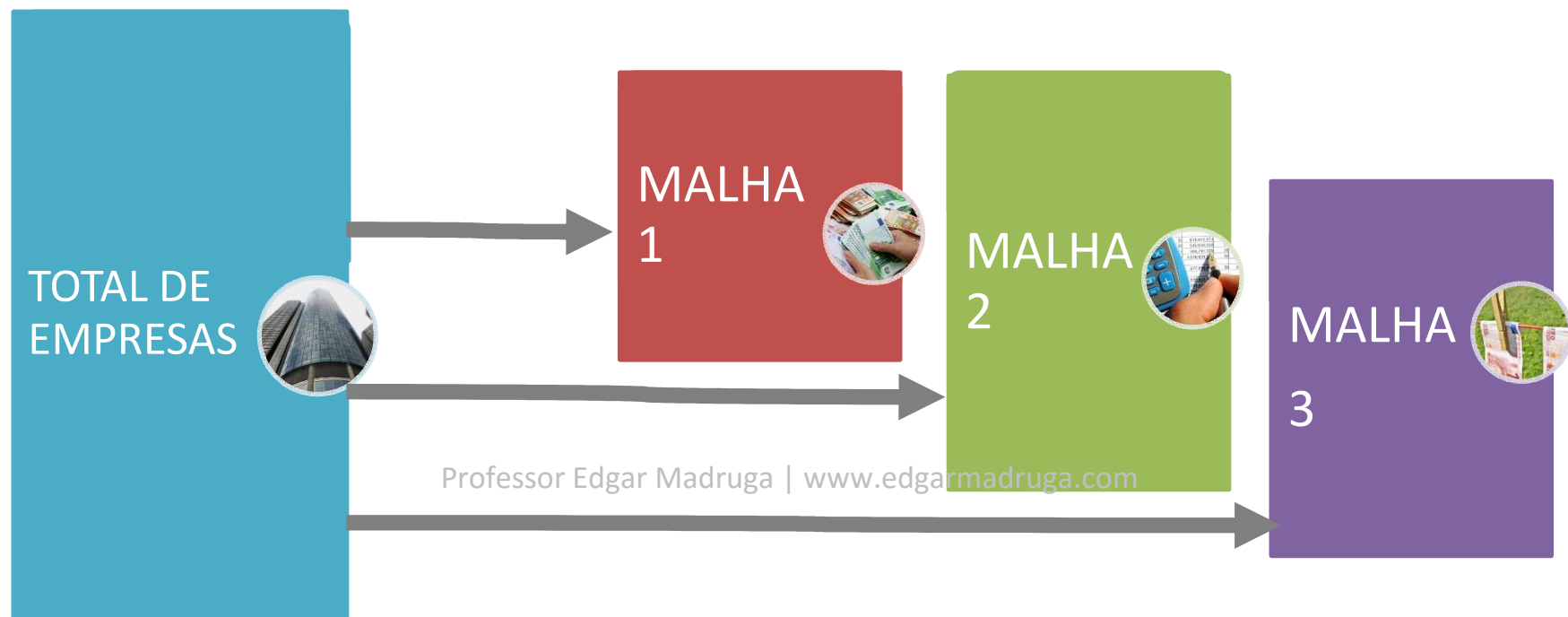
A proposta de IN não busca identificar os atuais estoques de moeda física mantidos por pessoas físicas ou jurídicas, mas identificar a utilização desses recursos quando essas pessoas efetivamente liquidarem aquisições diversas.



Uma Nova Perspectiva

O QUE É UMA MALHA FISCAL

- 18 MILHÕES DE CNPJ's ATIVOS



MALHA FISCAIS

- 18 MILHÕES DE CNPJ's ATIVOS
- Malhas Preditivas, Censitárias, Cognitivas



Professor Edgar Madrugá | www.edgarmadruga.com

MALHA 1

MALHA FISCAL



MALHA 1

AUTO
REGULARIZAÇÃO

Professor Edgar Madruga | www.edgarmadruga.com

MALHA FISCAL



MALHA 1

AUTO
REGULARIZAÇÃO

Professor Edgar Madruga | www.edgarmadruga.com

RESISTE

MALHA FISCAL



AUTO
REGULARIZAÇÃO

Professor Edgar Madruga | www.edgarmadruga.com

RESISTE



MALHA FISCAL



AUTO
REGULARIZAÇÃO

Professor Edgar Madruga | www.edgarmadruga.com

RESISTE



EXEMPLOS DE MALHA FISCAL



[https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/...](https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/)

Comunicado

Ente Responsável: 0021701 - Receita Federal do Brasil
Identificador do Arquivo: 61

SISTEMA ALERTA - SIMPLES NACIONAL COMUNICADO 1/2016

CNPJ:

Período de publicação: 01/02/2016 a
21/04/2016

Prezado Contribuinte:

www.edgarmadruga.com.br


A Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Fazendas Estaduais iniciaram ações conjuntas destinadas a identificar erros, omissões e outros eventos que possam acarretar pagamento a menor ou sonegação fiscal dos contribuintes enquadrados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para o ano-calendário 2013, foram detectadas divergências entre o total anual de Receita Bruta informada no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D) e os valores das notas fiscais eletrônicas (NFe) de vendas emitidas expurgadas das NFe de entrada de devoluções, conforme demonstrativo abaixo:

Valores de NFe de vendas emitidas	1.178.204,40
Valor anual da Receita Bruta declarada	795.457,20
Diferença Apurada	382.747,20

Confirmada a divergência acima, o contribuinte poderá efetuar AUTOREGULARIZAÇÃO.

As “Novas ” Malhas FisCais

A man with dark hair, a beard, and glasses is shown in profile, looking upwards and to the right. He is wearing a dark suit jacket over a light blue shirt and a red tie. His right hand is raised to his chin in a thoughtful pose. The background is a light gray with several large, faint, semi-transparent question marks scattered across it.

1º lugar em
Acidentes de
Trabalho nos
Primeiros dias

...

"Outras" Malhas Fiscais

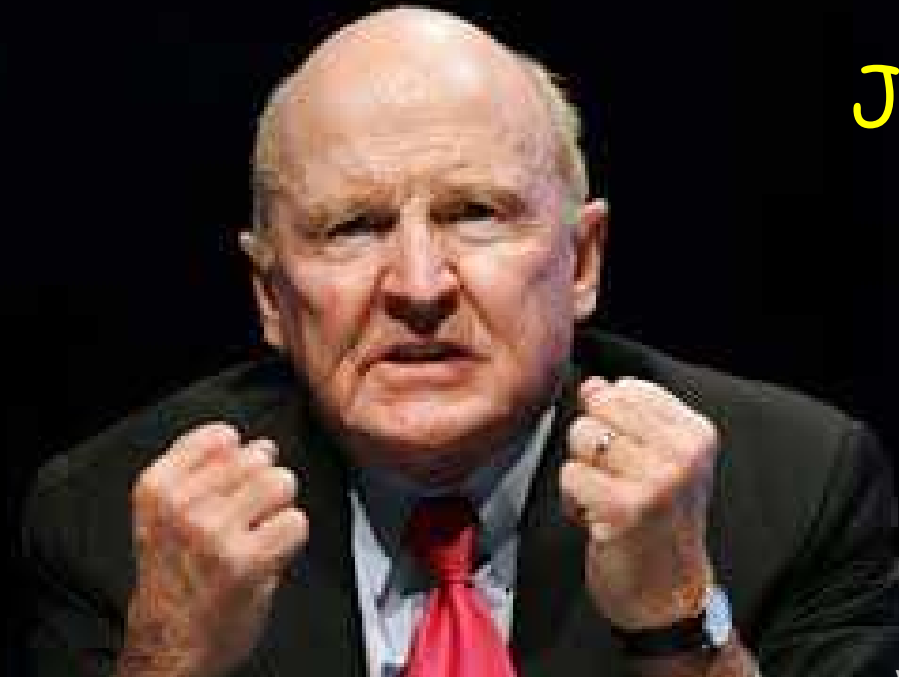
Conclusão ...

DISRUPTIVIDADE

PROFESSOR EDGAR MADRUGA

“ Você não pode fazer o trabalho de
hoje com os métodos de ontem, se
pretende estar no mercado amanhã ”

Jack Welch.



Muito Obrigado
Muita BSST
na sua vida !!!

www.edgarmadruga.com

www.blogdosped.com

Edgarmadruga@bsspc.com.br

(62) 9 8258-2488



Abstenções:

Os comentários e opiniões manifestados neste evento, inclusive nestas lâminas, são de autoria do palestrante, bem como, há autorização dos autores de algumas lâminas para divulgação das mesmas.

As aludidas manifestações têm natureza meramente informativa e educacional, ou seja, não se referem a caso(s) concreto(s) de pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s) presente(s) ou ausente(s) do evento. A utilização de tais manifestações, por qualquer pessoa, será feita sob sua exclusiva responsabilidade e risco.

O Professor Edgar Madruga não garante que autoridades em matéria contábil e/ou tributária não venham a adotar posicionamentos diferentes dos manifestados/debatidos ao longo da palestra, inclusive nestas lâminas.

Aos interessados em adotar procedimentos/estratégias relacionadas a um ou mais temas debatidos no evento, ou mesmo fundamentá-los, recomenda-se orientação profissional criteriosa, precedida de análise do(s) caso(s) concretos(s).

Os trechos dos vídeos apresentados são de uso exclusivamente educacional, não permitido outro uso dos mesmos por possuírem direitos autorais vigentes.

O conteúdo desta apresentação é protegido pelos direitos autorais até os limites da autoria e criação intelectual de seu autores, sendo vedada a reprodução sem suas expressas autorizações.